



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

EDITAL Nº 49/2017-DRH-SELAP-CONJUIZ

CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DA INSCRIÇÃO DEFINITIVA E DE CONVOCAÇÃO PARA A PROVA ORAL

FAÇO PÚBLICA, DE ORDEM DA COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO, ABERTO PELO EDITAL Nº 12/2015 – DRH – SELAP – CONJUIZ, DISPONIBILIZADO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO DE 27/10/2015, A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS QUE TIVERAM SUAS INSCRIÇÕES DEFINITIVAS HOMOLOGADAS E QUE RESTARAM HABILITADOS À QUARTA ETAPA DO CERTAME:

RELAÇÃO GERAL

INSCRIÇÃO	NOME
106896-6	ABBY ILHARCO MAGALHAES
104517-4	ANDRÉ ELIAS ATALLA
100781-5	BÁRBARA COLEN DINIZ
107287-9	BRUNA CASAGRANDE SIEBENEICHLER
100060-1	BRUNO BARCELLOS DE ALMEIDA
100706-4	DIEGO CARVALHO LOCATELLI
100191-6	DIOGO BONONI FREITAS
100289-4	EVELINE RADAELLI BUFFON
104330-5	EVELISE MILEIDE BORATTI
101962-9	FRANCISCO SCHUH BECK
102953-8	GISELE BERGOZZA SANTA CATARINA
109360-1	IGOR GUERZONI PAOLINELLI HAMADE
101564-1	JONATHAN CASSOU DOS SANTOS
109399-9	JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA
102334-1	LUANA SCHNEIDER
106829-6	LUIS GUSTAVO NEGRI GARCIA
104720-2	NAYARA BERNARDES CERQUEIRA CAMPOS
109676-9	NICOLLE FELLER
100343-9	PAULA YOSHINO VALERIO
112406-4	PRISCILA ANADON CARVALHO
106989-9	RÉGIS PEDROSA BARROS
107665-3	SAMARA ELIZA FELTRIN
110238-3	SAMYRA REMZETTI BERNARDI
103180-5	SUELLEN RABELO DUTRA
101107-4	TATIANA MARTINS DA COSTA
103497-6	TOMÁS SILVEIRA MARTINS HARTMANN

**RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA AS VAGAS RESERVADAS
ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

INSCRIÇÃO	NOME
103497-6	TOMÁS SILVEIRA MARTINS HARTMANN

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS PARA AS VAGAS RESERVADAS AOS NEGROS

INSCRIÇÃO	NOME
112406-4	PRISCILA ANADON CARVALHO
101107-4	TATIANA MARTINS DA COSTA

OS CANDIDATOS ACIMA RELACIONADOS FICAM, DESDE JÁ, CONVOCADOS PARA A PROVA ORAL. A COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS, BEM COMO LOCAL, DATAS E HORÁRIOS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA SÃO OS SEGUINTE:

GRUPO I		
INSCRIÇÃO	NOME	DATA DA PROVA/HORÁRIO DE INÍCIO/LOCAL
106896-6	ABBY ILHARCO MAGALHAES	17/10/2017 - 13 HORAS PLENÁRIO MINISTRO PEDRO SOARES MUÑOZ (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AV. BORGES DE MEDEIROS, Nº 1.565, 13º ANDAR, PORTO ALEGRE, RS)
104517-4	ANDRÉ ELIAS ATALLA	
100781-5	BÁRBARA COLEN DINIZ	
107287-9	BRUNA CASAGRANDE SIEBENEICHLER	
100060-1	BRUNO BARCELLOS DE ALMEIDA	
100706-4	DIEGO CARVALHO LOCATELLI	
100191-6	DIOGO BONONI FREITAS	
100289-4	EVELINE RADAELLI BUFFON	
104330-5	EVELISE MILEIDE BORATTI	
101962-9	FRANCISCO SCHUH BECK	
102953-8	GISELE BERGOZZA SANTA CATARINA	
109360-1	IGOR GUERZONI PAOLINELLI HAMADE	
101564-1	JONATHAN CASSOU DOS SANTOS	

GRUPO II		
INSCRIÇÃO	NOME	DATA DA PROVA/HORÁRIO DE INÍCIO/LOCAL
109399-9	JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA	18/10/2017 - 13 HORAS PLENÁRIO MINISTRO PEDRO SOARES MUÑOZ (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AV. BORGES DE MEDEIROS, Nº 1.565, 13º ANDAR, PORTO ALEGRE, RS)
102334-1	LUANA SCHNEIDER	
106829-6	LUIS GUSTAVO NEGRI GARCIA	
104720-2	NAYARA BERNARDES CERQUEIRA CAMPOS	
109676-9	NICOLLE FELLER	
100343-9	PAULA YOSHINO VALERIO	
112406-4	PRISCILA ANADON CARVALHO	
106989-9	RÉGIS PEDROSA BARROS	
107665-3	SAMARA ELIZA FELTRIN	
110238-3	SAMYRA REMZETTI BERNARDI	
103180-5	SUELLEN RABELO DUTRA	
101107-4	TATIANA MARTINS DA COSTA	
103497-6	TOMÁS SILVEIRA MARTINS HARTMANN	

OS CANDIDATOS CONVOCADOS À PROVA ORAL DEVERÃO COMPARECER AO LOCAL DE PROVA COM, NO MÍNIMO, **30 (TRINTA) MINUTOS** DE ANTECEDÊNCIA DO HORÁRIO DESIGNADO PARA INÍCIO DA PROVA, PORTANDO O DOCUMENTO DE IDENTIDADE QUE ORIGINOU A INSCRIÇÃO. O CANDIDATO SOMENTE PODERÁ RETIRAR-SE DO LOCAL DE PROVA APÓS ENCERRADA A SUA ARGUIÇÃO.

APÓS O INGRESSO NO LOCAL DE PROVA, NÃO SERÁ PERMITIDA QUALQUER ESPÉCIE DE APARELHO ELETRÔNICO, BEM COMO ARMAS, RELÓGIOS, DICIONÁRIOS, ANOTAÇÕES, MÁQUINAS CALCULADORAS, FONES DE OUVIDO, PROTETORES AURICULARES, GRAVADORES, PAGERS, NOTEBOOKS, TELEFONES CELULARES, PEN-DRIVES, CHAVES COM ALARMES DE CARRO OU QUAISQUER APARELHOS ELETRÔNICOS SIMILARES, NEM A UTILIZAÇÃO DE VÉUS, BONÉS, CHAPÉUS, GORROS, LENÇOS, APARELHOS AUDITIVOS, À EXCEÇÃO DE CANDIDATO INSCRITO NA CONDIÇÃO DE PESSOA COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA, ÓCULOS ESCUROS, OU DE QUALQUER OUTRO ADEREÇO QUE CUBRA A CABEÇA, O PESCOÇO, OS OLHOS, OS OUVIDOS OU PARTE DO ROSTO. O CANDIDATO QUE SE APRESENTAR NO LOCAL DE PROVAS COM QUALQUER TIPO DE APARELHO ELETRÔNICO DEVERÁ DESLIGÁ-LO E DEIXÁ-LO EM LOCAL INDICADO.

NÃO SERÁ PERMITIDO QUALQUER TIPO DE CONSULTA, INCLUSIVE A CÓDIGOS OU LEGISLAÇÃO ESPARSA, APÓS O INGRESSO NO LOCAL DE PROVA E DURANTE A ARGUIÇÃO.

O SORTEIO DA ORDEM DE ARGUIÇÃO DOS CANDIDATOS EM CADA GRUPO SERÁ REALIZADO NO DIA E HORA MARCADOS PARA A PROVA ORAL DE CADA GRUPO.

O SORTEIO DOS PONTOS SERÁ REALIZADO NO DIA ANTERIOR AO DA ARGUIÇÃO, CONFORME ABAIXO:

GRUPO I	
DATA DO SORTEIO DOS PONTOS/HORÁRIO/LOCAL DO SORTEIO	16/10/2017 - 13 HORAS - AUDITÓRIO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA (PRAÇA MARECHAL DEODORO, Nº 55, 6º ANDAR, PORTO ALEGRE, RS)

GRUPO II	
DATA DO SORTEIO DOS PONTOS/HORÁRIO/LOCAL DO SORTEIO	17/10/2017 - 13 HORAS - PLENÁRIO MINISTRO PEDRO SOARES MUÑOZ (TRIBUNAL DE JUSTIÇA, AV. BORGES DE MEDEIROS, Nº 1.565, 13º ANDAR, PORTO ALEGRE, RS)

O PROGRAMA ESPECÍFICO DA PROVA ORAL, AGRUPADO EM PONTOS PARA ARGUIÇÃO, É O CONSTANTE DO **ANEXO I** DESTE EDITAL.

SERVIÇO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, EM PORTO ALEGRE, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (05/10/2017).

CRISTIANE CAMBRAIA VINCENZI
SECRETÁRIA DO CONCURSO

VISTO:

LIANA VIUNISKI VERDI
CHEFE DO SERVIÇO

DE ACORDO:

DES.ª MARIA ISABEL DE AZEVEDO SOUZA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DO CONCURSO

ANEXO I

PROGRAMA ESPECÍFICO PARA A PROVA ORAL

PONTO 1

- Fatos jurídicos. Negócio jurídico. Disposições gerais. Requisitos de validade, forma, modo de interpretação e boa-fé. Representação. Condição, termo e encargo. Defeitos. Erro substancial. Dolo. Coação. Estado de perigo. Lesão. Fraude contra credores. Características e consequências. Invalidade do negócio jurídico. Negócio nulo. Condições de nulidade. Simulação. Negócio anulável. Condições de anulabilidade. Convalidação. Requisitos. Decadência. Prazo. Prova dos fatos jurídicos.
- Princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo civil. Garantias constitucionais do processo. Autonomia do Direito Processual. Institutos e normas fundamentais do processo civil. Direito Processual Constitucional. Recursos. Juízo de admissibilidade. Efeitos. Princípios gerais da teoria geral dos recursos. Apelação. Cabimento. Procedimento. Pedido de efeito suspensivo.
- Ações eleitorais. Ação de impugnação ao registro de candidatura. Ação de investigação judicial eleitoral.
- Princípios aplicáveis ao Direito Ambiental.
- Dos direitos do Consumidor. Conceito de Consumidor. Conceito de consumidor por equiparação. Conceito de fornecedor. Conceito de produto e serviço.
- ECA. Crimes e atos infracionais.
- Princípios de Direito Penal. Crime. Conceito. Classificação. Relação de causalidade. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Crime doloso e crime culposo. Agravação pelo resultado. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime. Penas restritivas de direito. Conceito. Espécies. Requisitos. Conversão. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).
- Processo penal em geral. Disposições preliminares. Sistemas processuais. Princípios processuais penais contidos no Código de Processo Penal, em leis ordinárias, na Constituição Federal e nos diplomas internacionais ratificados pelo Brasil. Jurisdição. Competência. Questões e processos incidentes. Lei de Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/96). Prisão, Medidas cautelares reais e Liberdade provisória.
- Princípios fundamentais: princípios constitucionais. República Federativa do Brasil. O poder e sua divisão. Estado democrático de direito. Direitos humanos e seus tratados internacionais protetivos.
- Recuperação judicial, extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária. Preferências e privilégios creditórios.
- Sistema Tributário Nacional. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios Constitucionais. Princípios Gerais com especial repercussão no âmbito tributário. Princípios específicos. Imunidades. Normas tributárias fora do capítulo do Sistema Tributário Nacional. Alterações promovidas por Emendas Constitucionais. Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Tributo e suas espécies. Conceito, definição e características. Determinação da natureza jurídica específica do tributo. Denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. Espécies tributárias. Impostos, taxas, contribuição de melhoria, contribuições sociais, contribuições interventivas, contribuições no interesse de categorias profissionais ou econômicas e contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública. Preço público, tarifa e pedágio.

- Ato Administrativo. Conceito. Requisitos de legalidade. Atributos. Elementos. Classificação. Espécies. Extinção. Revogação. Invalidação.
- Introdução à sociologia da administração judiciária.
- Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.
- Regime jurídico da Magistratura nacional: carreiras, ingresso, promoções, remoções.
- O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.
- Direito objetivo e direito subjetivo.

PONTO 2

- Prescrição e decadência. Conceitos. Tratamento dispensado pelo atual Código Civil. Disposições gerais. Prescrição. Exceção, renúncia, oportunidade de alegação, reconhecimento *ex officio* e iniciativa do interessado. Interrupção e suspensão da prescrição. Causas, fato com origem criminal. Termo legal da prescrição. Solidariedade. Aproveitamento da prescrição. Condições. Prazos de prescrição. Decadência. Legal e convencional. Renúncia. Meios de prova.
- Competência. Critérios de determinação e de modificação. Uniformização de jurisprudência. Recursos aos tribunais superiores. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recurso Ordinário. Cabimento. Procedimento. Juízo de admissibilidade. Efeitos. Pedido de efeito suspensivo. Precedentes judiciais. Mecanismos de valorização. Súmulas. Súmula Vinculante.
- Recurso contra expedição de diploma.
- Repartição de competências em matéria ambiental. Competência federal. Competência estadual. Competência municipal.
- Da Política Nacional de Relações de Consumo.
- ECA. Infrações administrativas.
- Fontes do Direito Penal. Tipicidade. Conceito de tipo, resultado, nexos de causalidade e excludentes. Erro sobre elementos do tipo. Descriminantes putativas. Erro determinado por terceiro. Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato. Pena pecuniária. Conceito. Critérios de fixação. Valores. Pagamento. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).
- Da fase preliminar do processo penal. Modelos de investigação criminal, poderes e deveres investigatórios. Metodologias investigatórias: agentes encoberto, infiltrado e provocador; delação; intervenções corporais; monitoramento; captações acústicas e visuais. Atos de investigação, atos de prova e argumentos de prova. Partes e sujeitos processuais. O Juiz. O Ministério Público. A defesa pública e a privada. O acusado. Querelante. O assistente da acusação. A vítima. Peritos. Funcionários da Justiça. Lei(s) dos Crimes Ambientais. Dos processos em espécie. Processos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo. Processos especiais (Código de Processo Penal e Leis especiais). Procedimento relativo a processos de competência do Tribunal do Júri.
- Normas constitucionais, eficácia e aplicabilidade. Efetividade e força normativa da Constituição. Norma constitucional e a ordem jurídica anterior; a Constituição e as relações com o direito estrangeiro e internacional. Interpretação constitucional.
- Sociedade. Disposições gerais. Sociedade não personificada: sociedade em comum, sociedade em conta de participação. Sociedade personificada: sociedade simples, sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade limitada, sociedade anônima, sociedade em comandita por ações, sociedade cooperativa, sociedades coligadas, liquidação da sociedade, transformação, incorporação, fusão e cisão das sociedades, sociedade dependente de autorização, responsabilidade dos

sócios e dos administradores das sociedades, proteção da sociedade contra a vontade do sócio, unipessoalidade superveniente, falência de sócio, sociedade entre cônjuges.

- Competência tributária. Conceito e características. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Repartição de competências tributárias. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade. Bitributação e *bis in idem*. Imunidades tributárias. Conceito. Classificação. Imunidades genéricas e imunidades específicas.
- Processo Administrativo. Conceito. Modalidades. Princípios. Fases do Processo Administrativo. Lei de Processo Administrativo Federal, Lei nº 9.784/99.
- Aspectos gerenciais da atividade judiciária (administração e economia). Gestão. Gestão de pessoas.
- Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.
- Direitos e deveres funcionais da Magistratura.
- O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.
- Fontes do direito objetivo. Princípios gerais de Direito. Jurisprudência. Súmula vinculante.

PONTO 3

- Obrigações. Modalidades. Obrigações de dar. Obrigações de fazer e não fazer. Obrigações alternativas, divisíveis e indivisíveis. Obrigações solidárias. Solidariedade ativa e passiva. Transmissão das obrigações. Adimplemento, inadimplemento e extinção das obrigações.
- Partes e terceiros no processo civil. Conceitos. Litisconsórcio, assistência e modalidades de intervenção de terceiros. Dos Sujeitos do Processo. Partes e Procuradores. Litisconsórcio. Intervenção de Terceiros. *Amicus Curiae*. Do Juiz e dos Auxiliares da Justiça. Do Ministério Público. Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa. Teoria geral. Ação de consignação em pagamento; Ação de Prestação de Contas; Ações Possessórias; Ação de Nunciação de Obra Nova; Ação de Usucapião; Ações de Divisão e Demarcação.
- Ação de impugnação de mandato eletivo.
- Competências privativas, concorrentes e comuns.
- Dos direitos básicos do Consumidor.
- ECA. Família natural e família substituta.
- Interpretação das Leis Penais. Elementos do Crime. Dolo e Culpa. Aplicação da pena. Fases Cominação das penas. Limite das penas. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).
- Da prova. Princípios. Espécies: perícias, documentos e testemunhas. Interrogatório e confissão. Reconhecimento e acareação. Provas típicas e atípicas. Licitude, ilicitude e regras de exclusão. Delação. Prova emprestada. Da aplicação provisória de interdições de direitos e medidas de segurança. Lei de Falências. Defeitos processuais. Inexistência. Irregularidades. Nulidades. Inadmissibilidade. Inutilização.
- Direitos e garantias fundamentais. Perspectiva histórico-evolutiva, conceito, a dupla dimensão objetiva e subjetiva, titularidade e destinatários, aplicabilidade, limites e restrições. Direitos e deveres individuais, coletivos e difusos. Direitos sociais. Direito de nacionalidade. Direitos políticos.
- Empresário Individual. Direito do Consumidor. Desconsideração da pessoa jurídica.
- Normas gerais de Direito Tributário. Fontes do Direito Tributário. Conceito e espécies. Fontes legislativas. Atos administrativos normativos. Jurisprudência. Doutrina. Vigência, interpretação e integração da legislação tributária. Norma jurídica tributária. Conceito, classificação. A regra-matriz de incidência tributária.

- Contratos Administrativos. Características. Rescisão. Modalidades. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato Administrativo.
- Relações sociais e relações jurídicas.
- Teoria do conflito e os mecanismos autocompositivos.
- Código de Ética da Magistratura Nacional.
- A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.
- Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

PONTO 4

- Contratos em Geral. Normas gerais. Tendências atuais do Direito Contratual. Autonomia da vontade. Intervenção do Estado. Função social do contrato. Formação dos contratos, estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar. Teoria da boa-fé objetiva. Extinção do contrato. Distrato. Cláusula resolutiva. Exceção do contrato não cumprido. Resolução por onerosidade excessiva.
- Atos processuais. Forma, tempo e lugar. Regime de invalidades processuais. Preclusões. Comunicação dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Remédios de tutela em face do Poder Público: Mandado de Segurança. Ação Popular. Habeas Data. Ação de Improbidade Administrativa.
- Ação por captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/97).
- Poder de polícia.
- Da qualidade de Produtos e Serviços, da Prevenção e da Reparação dos Danos. Da responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da decadência e da prescrição. Da desconsideração da personalidade jurídica.
- ECA. Princípio da prioridade absoluta e princípio do melhor interesse para a criança e para o adolescente.
- Aplicação da lei penal. Ilícitude. Conceito. Excludentes. Concurso de infrações. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).
- Prisão, Medidas cautelares reais e Liberdade provisória. Execução Criminal. Princípios, garantias e regras constitucionais aplicáveis à execução da pena e aos cárceres. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Da execução das penas em espécie. Incidentes da execução. Dos procedimentos administrativos disciplinares e judiciais. Graça, Indulto, Anistia e Reabilitação. Execução de Medidas de Segurança. Criança e Adolescente. Violência Doméstica. Idoso. Tráfico. Trânsito e delação premiada (Leis nºs 8.069/90, 11.340/06, 10.741/03, 11.343/06, 9.503/97 e 9.807/99). Sistema recursal criminal. Duplo pronunciamento. Princípios. Requisitos. Procedimento nos julgamentos. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Agravo em Execução. Embargos Infringentes e de nulidade. Embargos Declaratórios. Recursos previstos na Constituição Federal e nos Regimentos Internos dos Tribunais.
- Ações constitucionais: *Habeas corpus*. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. *Habeas data*. Ação popular. Ação civil pública.
- Títulos de crédito. Protesto.
- Fato gerador. Conceito. Disciplina do CTN. Hipóteses de incidência tributária e seus aspectos. Antecedente: aspectos material, espacial e temporal. Consequente aspecto pessoal e aspecto quantitativo. Sujeição passiva indireta ou responsabilidade no CTN. Classificações dos fatos geradores. Efeitos do fato gerador. Obrigação tributária. Obrigação tributária principal e acessória. Obrigação tributária e deveres instrumentais ou

formais. Sujeito ativo e sujeito passivo da obrigação tributária. Solidariedade. Capacidade tributária passiva e domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade e sucessores. Responsabilidade em sentido estrito. Responsabilidade de terceiros e responsabilidade por infrações. Substituição tributária.

- Serviços Públicos. Conceito. Os Serviços Públicos na Constituição Federal. Obra Pública. Concessão, Permissão e Autorização. A Parceria Público-Privada.

- Controle social e o Direito.

- Técnicas de negociação e mediação.

- Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.

- O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

- O conceito de Política. Política e Direito.

PONTO 5

- Contratos em espécie. Compra e venda. Cláusulas especiais à compra e venda. Compromisso de compra e venda. Direitos do promitente comprador. Permuta, contrato estimatório, doação, locação de coisas, empréstimo, comodato e mútuo. Prestação de serviço, empreitada e depósito. Mandato, comissão, agência e distribuição e corretagem. Transporte, seguro e fiança. Constituição de renda, jogo e aposta. Transação e compromisso. Contratos agrários. Parceria e arrendamento.

- Tutela antecipada. Da Tutela Provisória. Tutelas de urgência e evidência. Tutela provisória de urgência antecipada e cautelar. Concessão em caráter antecedente ou incidental. Procedimentos. Hipóteses e possibilidade de concessão da liminar nas tutelas de evidência. Fungibilidade. Execução. Características. Classificações. Pressupostos. Título executivo: espécies e requisitos. Liquidação.

- Representação por captação e gastos ilícitos eleitorais (art. 30-A da Lei nº 9.504/97).

- Licenciamento Ambiental. Tipos de Licenciamentos.

- Das Práticas Comerciais. Da oferta. Da publicidade. Das práticas abusivas. Da cobrança de dívidas. Dos bancos de dados e cadastros de consumidores.

- ECA. Crimes e Atos Infracionais.

- Ação penal. Culpabilidade. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de segurança. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).

- Dos processos em espécie. Processos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo. Processos especiais (Código de Processo Penal e Leis especiais). Procedimento relativo a processos de competência do Tribunal do Júri. Despachos. Decisões interlocutórias. Sentenças. Acórdãos. Decisões monocráticas. Coisa julgada. Remédios impugnativos autônomos. *Habeas Corpus*. Reclamação. Mandado de Segurança. Correição Parcial. Revisão Criminal. Execução Criminal. Princípios, garantias e regras constitucionais aplicáveis à execução da pena e aos cárceres. Órgãos da execução penal. Estabelecimentos penais. Da execução das penas em espécie. Incidentes da execução. Dos procedimentos administrativos disciplinares e judiciais. Graça, Indulto, Anistia e Reabilitação. Execução de Medidas de Segurança.

- Organização do Estado: estrutura federativa brasileira. União, Estados Membros, Municípios, Distrito Federal, Territórios. Repartição de competências. Intervenção.

- Institutos complementares. Registro. Nome empresarial. Prepostos. Escrituração.

- Constituição do crédito tributário. Lançamento tributário: conceito, natureza jurídica, atributos, alterabilidade, modalidades e revisão. O lançamento por homologação e suas

peculiaridades. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Moratória, depósito do montante integral, reclamações e recursos administrativos. Concessão de medida liminar em mandado de segurança ou em outra ação, ou tutela antecipada. Parcelamento. Extinção do crédito tributário. Pagamento e suas modalidades. Consignação em pagamento. Pagamento indevido e restituição de indébito. Conversão do depósito em renda. Pagamento antecipado e homologação do lançamento. Dação em pagamento. Compensação. Transação. Remissão. Decadência. Prescrição. Decisão administrativa final. Decisão judicial passada em julgado. Exclusão do crédito tributário. Isenção e imunidade. Espécies de isenções. Isenção e alíquota zero. Anistia.

- Bens Públicos. Classificação. Regime Jurídico dos Bens Públicos. Aquisição e Alienação. Uso de Bens Públicos por Particulares. Bens Públicos em Espécie.

- Transformações sociais e Direito.

- Procedimentos, posturas, condutas e mecanismos aptos a obter a solução conciliada dos conflitos.

- Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados.

- O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.

- Eficácia da lei no tempo. Conflito de normas jurídicas no tempo e o Direito brasileiro: Direito Penal, Direito Civil, Direito Constitucional e Direito do Trabalho.

PONTO 6

- Posse. Conceito e classificação. Detenção. Aquisição. Efeitos e perda. Composses e defesa dos direitos possessórios. Posse justa, violenta, clandestina e precária. Posse de boa-fé. Constituto possessório. Aquisição, efeitos, desforço próprio. Direitos do possuidor de boa-fé. Obrigações e direitos do possuidor de má-fé. *Exceptio proprietatis*. Perda da posse.

- Do procedimento comum. Petição inicial. Requisitos. Juízo de Admissibilidade. Da improcedência Liminar do Pedido. Da conversão da Ação Individual em Ação Coletiva. Defesa do réu. Contestação, exceções, reconvenção, impugnação ao valor da causa. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Do julgamento antecipado parcial do mérito. Audiência preliminar. Cumprimento de sentença para pagamento de quantia, para execução de obrigação de fazer, não fazer e dar coisa certa e incerta. Procedimento. Peculiaridades.

- Condutas vedadas (arts. 73 a 77 da Lei nº 9.504/97).

- Processo de licenciamento. Licença prévia. Licença de instalação. Licença de operação. Licença ambiental para fins específicos.

- Da proteção contratual no Direito do Consumidor. Das cláusulas abusivas. Dos contratos de adesão.

- ECA. Medidas de proteção. Guarda, tutela e adoção.

- Extinção da punibilidade. Erro de tipo e erro de proibição. Crime. Conceito. Classificação. Relação de causalidade. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível. Crime doloso e crime culposos. Agravação pelo resultado. A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).

- Defeitos processuais. Inexistência. Irregularidades. Nulidades. Inadmissibilidade. Inutilização. Juizados Especiais Criminais e Lei de Execução Penal (Leis nº 9.099/95 e nº 7.210/84). Dos processos em espécie. Processos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo. Processos especiais (Código de Processo Penal e Leis especiais). Procedimento relativo a processos de competência do Tribunal do Júri. Prisão, Medidas cautelares reais e Liberdade provisória.

- Organização dos Poderes: Legislativo, Executivo, Judiciário.
- Direito de Empresa.
- Administração tributária. Conceito e sua disciplina constitucional. A disciplina do CTN. Fiscalização. Dívida ativa. Certidões negativas. Infrações e sanções tributárias. Modalidades de sanções tributárias. Sanções políticas. Denúncia espontânea. Ilícitos administrativos tributários. Garantias e privilégios do crédito tributário. A disciplina do CTN. Preferências.
- Controle da Administração Pública. Controle externo. Controle interno. Conselho Nacional de Justiça. Tribunal de Contas. Competências. Composição. Controle Administrativo. Controle Legislativo. Controle Jurisdicional. Controle Jurisdicional de Políticas Públicas.
- Direito, Comunicação Social e opinião pública.
- O processo psicológico e a obtenção da verdade judicial. O comportamento de partes e testemunhas.
- Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão.
- A interpretação do Direito. A superação dos métodos de interpretação mediante puro raciocínio lógico-dedutivo. O método de interpretação pela lógica do razoável.
- O conceito de Política. Política e Direito. Ideologias.

PONTO 7

- Propriedade. Direitos inerentes à propriedade, finalidades econômica e social, privação do direito de propriedade, situações. Aquisição da propriedade imóvel. Modos. Usucapião, tipos e prazos, justo título, *accessio possessionis*. Aquisição pelo registro do título. Aquisição da propriedade móvel: modos, prazos, justo título e boa-fé. Tradição. Perda da propriedade. Formas. Direitos de vizinhança. Uso anormal da propriedade. Meios e formas de aferição. Interferências justificadas por interesse social. Indenização. Dano iminente. Ameaça de ruína. Da passagem forçada. Limites entre prédios. Direito de construir. Condomínio. Condomínio voluntário e necessário. Administração. Condomínio edilício. Extinção. Propriedade resolúvel e propriedade fiduciária. Alienação fiduciária.
- Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento. Execução por quantia certa contra devedor solvente. Procedimento. Penhora, avaliação e expropriação. Pagamento ao credor.
- Ação rescisória eleitoral.
- Áreas de preservação permanente e unidades de conservação. Fundamentos constitucionais. Patrimônio nacional. Unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.
- Das sanções administrativas no Direito do Consumidor.
- ECA. Medidas pertinentes aos pais e responsáveis. Depoimento sem dano.
- Penas privativas de liberdade. Regimes. Direitos do preso. Progressão e Regressão. Trabalho do preso. Legislação especial. Superveniência de doença mental. Detração. Concurso de pessoas. Tipicidade. Conceito de tipo, resultado, nexos de causalidade e excludentes. Erro sobre elementos do tipo. Discriminantes putativas. Erro determinado por terceiro. Erro sobre a pessoa. Erro sobre a ilicitude do fato. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).
- Sistema recursal criminal. Duplo pronunciamento. Princípios. Requisitos. Procedimento nos julgamentos. Apelação. Recurso em Sentido Estrito. Agravo em Execução. Embargos Infringentes e de nulidade. Embargos Declaratórios. Recursos previstos na Constituição Federal e nos Regimentos Internos dos Tribunais. Contravenções Penais (Decreto-Lei nº

3.688/41). Prisão, Medidas cautelares reais e Liberdade provisória. Dos processos em espécie. Processos comum, ordinário, sumário e sumaríssimo. Processos especiais (Código de Processo Penal e Leis especiais). Procedimento relativo a processos de competência do Tribunal do Júri.

- Controle de constitucionalidade: formas de controle. Inconstitucionalidade: as diversas faces. Controle difuso. Ação direta de inconstitucionalidade, inclusive por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Técnicas de decisão. Mandado de injunção. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Representação interventiva. Controle de constitucionalidade dos direitos estadual e municipal. Controle de convencionalidade.

- Intervenção e liquidação extrajudicial de instituições financeiras.

- Impostos Estaduais. Alíquotas no contexto do Sistema Tributário Nacional. Competência dos Estados-membros e do Distrito Federal em matéria de impostos. Imposto Sobre Transmissão causa mortis e Doação de quaisquer bens e direitos – ITCMD. Competência e sujeito ativo. Sujeito passivo. Fato gerador. Base de cálculo. Imposto Sobre Operações de Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal, e de Comunicação – ICMS. Competência e sujeito ativo. Sujeito passivo. Fato gerador. Base de cálculo. Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Competência e sujeito ativo. Sujeito passivo. Fato gerador. Base de cálculo. Participação direta dos Estados no produto da arrecadação de impostos federais.

- Servidores Públicos. Agentes Públicos. Classificação dos Agentes Públicos. Cargo Público, Emprego Público e Função Pública. Normas Constitucionais Aplicáveis. Aposentadoria. Direitos e Deveres. Responsabilidade.

- Conflitos sociais e mecanismos de resolução.

- Psicologia e Comunicação: relacionamento interpessoal, relacionamento do magistrado com a sociedade e a mídia.

- Código de Ética da Magistratura Nacional.

- O conceito de Justiça. Sentido lato de Justiça, como valor universal. Sentido estrito de Justiça, como valor jurídico-político. Divergências sobre o conteúdo do conceito.

- A Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU).

PONTO 8

- Direito de Família. Direitos patrimoniais. Regimes de bens no casamento, usufruto e administração dos bens dos filhos menores. Alimentos. Conceito, abrangência, finalidade, pressupostos, critérios e características da obrigação. Direito das sucessões. Da sucessão em geral. Herança e administração. Vocação hereditária. Aceitação e renúncia. Exclusão da sucessão. Herança jacente. Petição de herança. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. Sucessão testamentária. Testamento em geral. Capacidade de testar. Testamentos público, cerrado e particular. Codicilo. Legados e sua caducidade. Testamentos especiais. Direito de crescer entre herdeiros e legatários. Substituições. Deserdação. Redução das disposições testamentárias. Revogação e rompimento do testamento. Inventário e partilha. Sonegados. Pagamento de dívidas. Colação de bens. Garantia dos quinhões hereditários. Anulação de partilha.

- Sentença. Conteúdo. Defeitos das sentenças. Coisa julgada. Limites subjetivos e objetivos. Relativização da coisa julgada. Liquidação de sentença. Defesa do executado no cumprimento de sentença e na execução de título extrajudicial. Ações autônomas de impugnação à execução. Exceção de pré-executividade.

- Competência, procedimentos, legitimidade, prazos, sanções e recursos.

- Ações judiciais de proteção ambiental – matéria civil, ambiental, processual, tutela, composição, ajustamento.
- Da defesa do Consumidor em Juízo. Das ações coletivas para a defesa de interesses individuais. Das ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Da coisa julgada.
- ECA. Família Natural e Família Substituta.
- Penas. Teoria Geral da Pena. Espécies de pena. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Concurso de crimes. Concurso formal. Concurso material. Crime continuado. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Crimes em espécie (itens 23 a 53 do programa de Direito Penal do Anexo II do Edital de Abertura).
- Remédios impugnativos autônomos. *Habeas Corpus*. Reclamação. Mandado de Segurança. Correição Parcial. Revisão Criminal. Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/13). Defeitos processuais. Inexistência. Irregularidades. Nulidades. Inadmissibilidade. Inutilização. Comunicação dos atos processuais. Citação e intimação.
- Estados-Membros: Poderes Executivo e Legislativo. Organização, competência, autonomia e limitações. Municípios: Poderes Executivo e Legislativo. Organização, competências, autonomia e limitação.
- Contratos empresariais: compra e venda, comissão, alienação fiduciária em garantia, *leasing*, *factoring* e *franchising*.
- Impostos Municipais. Alíquotas no contexto do Sistema Tributário Nacional. Competência dos Municípios em matéria de impostos. Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU. Competência e sujeito ativo. Sujeito passivo. Fato gerador. Base de cálculo. Imposto Sobre Prestações de Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN. Competência e Sujeito Ativo. Sujeito Passivo. Fato Gerador. Base de cálculo. Casos relevantes de incidência do ISSQN. Imposto Sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI. ITBI e Imunidades. Competência e sujeito ativo. Sujeito passivo. Fato gerador. Base de cálculo. Participação direta dos Municípios no produto da arrecadação de impostos federais e estaduais.
- Improbidade Administrativa. Evolução da Legislação. Lei de Improbidade Administrativa. Atos de Improbidade Administrativa. Sanções por Ato de Improbidade Administrativa. Procedimentos Administrativo e Judicial.
- Sistemas não judiciais de composição de litígios.
- Problemas atuais da psicologia com reflexos no direito: assédio moral e assédio sexual.
- Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça.
- O conceito de Direito. Equidade. Direito e Moral.
- Multiculturalismo e demandas por reconhecimento e identidade.